

“Patrões”, “pilotos”, “batedores”, “bandeirinhas” e o Estado: um estudo sobre o “contrabando” de cigarros na fronteira Paraguai-Brasil.

“Patrões”, “pilotos”, “batedores”, “bandeirinhas” y el Estado: un estudio sobre el “contrabando” de cigarrillos en la frontera Paraguay-Brasil.

“Patrões”, “pilotos”, “batedores”, “bandeirinhas” and the State: a study on the smuggling of cigarettes in the Paraguay-Brazil border.

Cíntia Fiorotti¹

Eric G. Cardin²

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi analisar as relações entre trabalhadores envolvidos no chamado “contrabando de cigarros” na fronteira Paraguai-Brasil e as tentativas de controle por parte do Estado na fiscalização e criminalização deste trabalho nas duas últimas décadas. A pesquisa ocorreu em algumas cidades do Brasil no oeste do Paraná, localizadas na fronteira com o leste do Paraguai, onde se localizam os departamentos de Alto Paraná e Canindeyú. A atenção é direcionada para as relações estabelecidas nas cidades paraguaias de Ciudad del Este e Salto del Guairá e nas cidades brasileiras de Guaíra e Foz do Iguaçu. As fontes utilizadas foram entrevistas com trabalhadores e empresários envolvidos com o contrabando de cigarros, fiscais da receita federal, matérias de jornais locais, legislações brasileiras e anotações das observações da pesquisa de campo. A análise sobre as relações entre quem realiza o “contrabando” e quem controla foram pensadas partindo de um conjunto de práticas e interesses vividos e disputados em meio ao cotidiano e as realidades locais. Nem tudo aquilo que é pretendido como representação ou função do Estado na repressão e controle sobre o contrabando se constitui da mesma forma nestes ambientes, mas articulam-se com disputas de poder e com o processo de acumulação capitalista.

Palavras-Chave: Patrões; Estado; contrabando; cigarros.

Resumen

El objetivo de esta investigación fue analizar las relaciones entre trabajadores involucrados en el llamado “contrabando de cigarrillos” en la frontera Paraguay-Brasil y los intentos de control por parte del Estado en la fiscalización y criminalización de este trabajo en las dos últimas décadas. La investigación ocurrió en algunas ciudades de Brasil en el oeste de Paraná, ubicadas en la frontera con el este de Paraguay, donde se localizan los departamentos de Alto Paraná y Canindeyú. La atención se dirige hacia las relaciones establecidas en las ciudades paraguayas de Ciudad del Este y Salto del Guairá y en las ciudades brasileñas de Guaíra y Foz do Iguaçu. Las fuentes utilizadas fueron entrevistas con trabajadores y empresarios involucrados con el contrabando de cigarrillos, fiscales del ingreso federal, materias de periódicos locales, legislaciones brasileñas y anotaciones de las observaciones de la investigación de campo. El análisis sobre las relaciones entre quien realiza el “contrabando” y quién controla fueron pensadas partiendo de un conjunto de prácticas e intereses vividos y disputados en medio del cotidiano y las realidades locales. No todo lo que es pretendido como representación o

¹ Doutora em História. Professora Visitante UNILA; SEED/PR; Toledo, Paraná, Brasil; cintiafiorotti@hotmail.com.

² Doutor em Sociologia. Professor da UNIOESTE, campus de Toledo, Paraná, Brasil; eric_cardin@hotmail.com.

função do Estado na repressão e controle sobre o contrabando se constitui da mesma forma em estes ambientes, mas que se articulam com disputas de poder e com o processo de acumulação capitalista.

Palavras chave: Patrões; Estado; o contrabando; cigarros.

Abstract

The objective of this research was to analyze the relationships between workers involved in the called "cigarette smuggling" on the Paraguay-Brazil border and attempts by the State to control and criminalize this work in the last two decades. The research was carried out in some Brazilian cities in western Paraná, located on the border with eastern Paraguay, where the departments of Alto Paraná and Canindeyú are located. The attention is directed to the relationships established in the Paraguayan cities of Ciudad del Este and Salto del Guairá and in the Brazilian cities of Guaíra and Foz do Iguaçu. The sources used were interviews with workers and businessmen involved with cigarette smuggling, federal revenue inspectors, local newspaper articles, Brazilian legislations and notes of field research observations. The analysis of the relations between those who carry out the "smuggling" and those who control were thought based on a set of practices and interests experienced and disputed during everyday life and local realities. Not everything that is intended as a representation or function of the state in repression and control over contraband is constituted in the same way in these environments, but is articulated with disputes of power and with the process of capitalist accumulation.

Keywords: Bosses; State; smuggling; cigarettes

1. Introdução

No presente estudo nos concentramos em analisar as relações entre trabalhadores envolvidos no transporte não regulamentado de mercadorias na fronteira Brasil/Paraguai, mais especificamente o “contrabando de cigarros” e as relações com o Estado nas duas últimas décadas. Propomos problematizar as tentativas de controle por parte do Estado expressas nas ações de fiscalização e criminalização deste trabalho e na forma como os trabalhadores envolvidos no “contrabando de cigarros” interpretam e lidam com estas ações. Para além disso, analisamos as distâncias entre aquilo que é expresso nas legislações e instruções voltadas para o controle a ser exercido pelos agentes do Estado e como estes sujeitos lidam com o contrabando e os trabalhadores envolvidos nele.

O local de pesquisa envolve algumas cidades da Costa Oeste do Paraná, localizadas na fronteira com o leste do Paraguai, dando ênfase às cidades brasileiras de Guaíra e Foz do Iguaçu no estado do Paraná, e as cidades paraguaias Salto del Guairá e Ciudad del Este. Entre as fontes de pesquisa, utilizamos as fontes orais obtidas por meio de entrevistas com trabalhadores e empresários envolvidos no “contrabando de cigarros”, além de fiscais da receita federal. Também foram pesquisadas matérias de jornais locais e legislações brasileiras. Outra fonte, foram as anotações das observações da pesquisa de campo, principalmente nos

momentos em que não achamos adequado gravar as entrevistas e formalizar as conversas com muitos dos sujeitos pesquisados.³

No uso das fontes orais trabalhamos com a perspectiva trazida pela história oral, principalmente por Alessandro Portelli (1993), visando valorizar as experiências trazidas pelos sujeitos entrevistados e as suas subjetividades. Isto não implicou em abandonar por completo a elaboração prévia de um roteiro sobre os temas e os conteúdos a serem explorados no momento da entrevista. Porém, o roteiro não foi seguido à risca. Houve momentos em valorizamos os elementos trazidos pelo sujeito entrevistado e buscamos ouvir e compreender melhor sobre as angústias, anseios e expectativas trazidas por eles. Isto, tentando fazer do

³ Entre estes podemos mencionar pilotos ou barqueiros, referências utilizadas pelos próprios trabalhadores para se referirem a suas ocupações de pilotos de barcos ou lanchas que atravessam com mercadorias a fronteira por meio do Rio Paraná. Os veículos utilizados por eles, normalmente, são propriedade do “patrão”. Os tipos de mercadorias transportadas definirão o valor de sua renda. Quanto mais arriscado e quanto maior for a punição legal pelo seu ato, maiores são os proventos. Estas mercadorias variam de acordo com o meio em que o barqueiro está envolvido e do contratante do serviço, podendo ser desde eletrônicos, cigarros, roupas, drogas e armas. Já o bandeirinha, normalmente é um adolescente ou um jovem responsável por visualizar e avisar quando há policiamento ou se este é incomum ou, ainda, quando há movimentação de estranhos nas proximidades do lugar onde está sendo realizado o transporte de mercadorias não regulamentadas ou ilegais na fronteira Paraguai-Brasil. Normalmente utilizam celulares para comunicação entre o local onde eles estão e o lugar onde os trabalhadores estão atuando na barranca do rio. O batedor de caixa possui variada faixa etária, mas costuma ser homem e jovem, porque é necessário força para erguer e transportar as caixas de mercadorias do barco até o meio de transporte terrestre que fará o deslocamento parcial do destino da mercadoria não regulamentada. Na maioria das vezes, carregam caixas com uma quantia determinada de mercadorias embaladas e, muitas vezes, envelopadas com sacos de lixo para proteger da umidade. O motorista é o sujeito responsável por dirigir o veículo com as caixas de mercadorias, normalmente em caminhonetes de propriedade do “patrão”, da barranca do rio até vários locais próximos dentro da sua cidade, podendo ser um ponto de encontro com o comprador, à beira de uma rodovia, em um barracão ou uma casa onde o produto é estocado. Já o motorista de estrada, é o que faz as longas distâncias e costumam ser acompanhados pelos batedores de estradas. Estes últimos, já mencionados, são os responsáveis por acompanhar o veículo com carga de mercadorias não regulamentadas podendo atuar no Brasil ou no Paraguai. Eles vão um pouco à frente do veículo para observar se há policiamento na rota da mercadoria e, às vezes, para fazer proteção a roubo de cargas. Atravessador é um termo genérico utilizado para indicar algumas funções neste circuito. Uma delas é para referenciar o sujeito que faz os contatos e organiza a força de trabalho para efetivar a travessia não regulamentada de mercadorias pela fronteira. Normalmente, é utilizado para fazer referência ao sujeito que negocia com o comprador e o fornecedor. No caso do contrabando de cigarros, estes são chamados de patrões pelos trabalhadores contratados. São os patrões que escolhem e contratam quem trabalhará em cada um dos postos do circuito de transporte não regulamentado ou ilegal das mercadorias, definindo os dias, horários de trabalho e pagamentos. Este atua como uma espécie de empresário visando lucros com o estabelecimento de contatos com compradores, fornecedores e com fiscais e policiais corruptos. Compram cigarros por um determinado valor e cobram uma margem de lucro em cima de cada caixa transportada e entregue no local combinado. Este lucro precisa passar o valor das despesas com a organização da força de trabalho mobilizada no transporte não regulamentado de mercadorias na fronteira. Para estes “patrões”, o “patrão” é o atravessador de quem eles compram o cigarro, ou seja, o sujeito que compra cigarros direto da fábrica e fornece para eles. O termo atravessador também é usado para se referenciar ao sujeito que organiza os demais trabalhadores para que a mercadoria chegue até a barranca do rio Paraná no lado do Paraguai. Ainda pode ser usado para indicar o sujeito que organiza o transporte da mercadoria em longas distâncias quando o mesmo já está no país de destino. O termo cigareiro é muito genérico. Ele é um elemento de identificação que não diferencia as hierarquias entre as funções e as ocupações de todos os envolvidos no transporte ilegal de cigarros. Serve como um elemento de reconhecimento entre todos aqueles trabalhadores e envolvidos que atuam num mesmo ramo do “contrabando de cigarros”. Atualmente, têm sido noticiadas outras práticas pouco comuns na fronteira, como o roubo de cargas de cigarros contrabandeados ou outras mercadorias. Estas tornam-se explícitas para a população local devido à atrocidade com a qual os envolvidos nos roubos são assassinados (FIOROTTI, 2015).

momento da entrevista um compartilhar das experiências vividas, mas sem perder de vista o lugar do pesquisador.

A partir do levantamento e análise destas fontes, problematizamos como estes trabalhadores percebem o controle por parte do Estado, como elaboram e organizam suas práticas lidando ora com a legalidade e ora com a ilegalidade. Ainda, trazemos para este debate como as tentativas de disciplinarização por parte do Estado, que são direcionadas aos envolvidos no transporte não regulamentado de mercadorias na fronteira Brasil/Paraguai, são interpretadas por estes sujeitos. Para além disso, compreender como as relações entre quem realiza o contrabando e quem controla são estabelecidas por um conjunto de práticas e interesses vividos e disputados em meio ao cotidiano e as realidades locais. Em outras palavras, nem tudo aquilo que é pretendido como representação ou função do Estado na repressão e controle sobre o contrabando, se constitui da mesma forma nestes ambientes, mas articulam-se com disputas de poder e com o processo de acumulação capitalista.

Neste trabalho trouxemos para reflexão elementos obtidos por meio de pesquisa de campo na fronteira do Brasil com o Paraguai durante o período de 2005 a 2015. Tentamos sistematizar com este texto parte das reflexões sobre o contrabando na fronteira presentes nas pesquisas de doutorado de ambos os autores. Embora a construção do texto esteja pautada na análise mais aprofundada de um caso específico, a trajetória do interlocutor que denominamos de Zé Maria, ao longo do texto exploramos outras fontes e estabelecemos relações com outras situações no sentido de garantir uma aproximação mais empírica do leitor com o universo estudado. Os nomes dos interlocutores utilizados são fictícios, assim buscamos preservar as fontes e garantir a segurança da rede de contatos desenvolvida durante o estudo.

2. O transporte de cigarros na fronteira e suas dinâmicas

A vivência na fronteira Brasil/Paraguai traz, para adolescentes e jovens, o convívio direto e/ou indireto com formas de trabalho que transitam entre a "legalidade e a ilegalidade" e entre o "formal e informal". Estes sujeitos lidam com valores morais e comportamentos específicos a determinados espaços de sociabilidade. Os jovens não definem ou julgam seus comportamentos fixando-se apenas nas definições de leis do Estado. Há aqueles que, muitas vezes, percebem em atividades consideradas, por vezes, criminalizadas pelo Estado, uma forma de atingir suas necessidades de sobrevivência ou expectativas imediatas e/ou futuras com relação à vida.

Um exemplo está nos jovens que trabalham atravessando cigarros na fronteira, muitas vezes mesclando esta atividade com o transporte de mercadorias como eletrônicos, brinquedos e outros⁴. No meio social vivenciado por eles, estar envolto em um circuito que envolve ocupações definidas, como barqueiro ou piloto, bandeirinha, batedor de caixa, “freteiro”, atravessador, batedor de estrada e patrão, entre outras, possui muitos significados. Em uma entrevista realizada em Foz do Iguaçu/Paraná e analisada no ano de 2005, exploramos como estes significados são construídos sobre as franjas dos campos de sociabilidade. Na ocasião, um jovem interlocutor que denominamos de Mario⁵ nos descreveu as modificações no entendimento do contrabando conforme os campos familiar, religioso e laboral se conectavam e se relacionavam (CARDIN, 2011).

Conforme observamos ao longo de mais de dez anos de pesquisa, para muitos jovens o contrabando de cigarros corresponde a única fonte de renda de muitas famílias. Para poucos, pode significar uma renda que os permitam se expressar com algum diferencial econômico perante seus próximos. Nestes casos, isso reflete normalmente no consumo de roupas, calçados, meios de transporte e a possibilidade de frequentar festas. Da mesma forma como alguns trabalhadores podem perceber esta ocupação como temporária, até conseguir seus objetivos, há aqueles jovens que aspiram, nas ocupações e hierarquias presentes neste circuito, a continuidade no mesmo. Outros interpretam essa dinâmica como uma forma de trabalho que exige conhecimento e dedicação para manter-se nele e conseguir garantir a manutenção econômica de sua vida e a de sua família (FIOROTTI, 2015).

No intuito de explorarmos as diferentes dimensões que tangenciam as experiências vividas por estes jovens, estabeleceremos como eixo de nossa discussão a trajetória de um de nossos interlocutores, que denominamos de Zé Maria. O envolvimento dele com o transporte não regulamentado de pneus, e posteriormente de cigarros, fez-se presente em sua vida após tentar manter-se como mecânico e procurar melhores condições de vida com a migração para outro estado brasileiro. Zé Maria começou a trabalhar com aproximadamente 10 anos de idade, atuando como auxiliar de mecânico em uma oficina, após alguns anos abriu sua própria

⁴ A suposição dos tipos de mercadorias pode ser infinito, sendo legais ou não. Durante a pesquisa de campo e em conversas não gravadas, adolescentes e jovens descreviam as rotinas de trabalho mencionando como as embalagens feitas com papelão e sacos pretos não permitiam a visualização do que era transportado por eles. Porém, a “confiança” do trabalhador no patrão ou no fretista contratante é que garantia a eles o que transportavam na fronteira.

⁵ Mario, 19 anos, natural de Foz do Iguaçu/Paraná. Entrevista registrada em caderno de campo realizada por Eric Gustavo Cardin no dia 05 de setembro de 2005.

oficina mecânica em Guaíra/Paraná. Um estabelecimento pequeno que, após alguns anos, demonstrou-se inviável economicamente.

Diante disto, nosso interlocutor mudou-se de cidade para acompanhar a esposa, onde alugou um imóvel para iniciar outra oficina mecânica. Após alguns anos, reavaliaram as condições de vida experimentadas naquele lugar e a necessidade de estarem mais próximos da família de ambos, retornando a Guaíra/Paraná. Logo que chegaram ao município, Zé Maria abriu uma borracharia, o que o conectou com o mercado ilegal de pneus. Assim, o interlocutor relatou seu início no transporte ilegal de mercadorias:

Eu voltei e montei uma borracharia. Aí que começa a abrir as portas, começa pneu, de pneu vai pra cigarro. (Cíntia: *Explica isto*). Num cheguei a fechar. Montei uma borracharia, que pneu na época, era a bola da vez pneu, foi em 2009. Aí começa a surgir as oportunidades. Na época em que estava rolando, era muito pneu, você ia lá e você, tipo assim, ah eu não sei, você ia lá e trazia uma quantidade X de pneus e você tirava R\$ 500,00 a R\$ 600,00 num dia. Eu tô falando assim, mas em quantidade pouca nessa parte. Eu que atravessava e vendia, eu fazia tudo, já pro consumidor final. Eu atravessava com caminhonete, eu perdi duas caminhonetes (*risadas*), eu atravessava lá por Mundo Novo. Nesse tipo aí de trabalho. Que na época em que eu mexia com pneu era assim, eu ia lá montava, triplava, eu perdi duas caminhonetes, simplesinha, eu cheguei a colocar 4 pneus um dentro do outro, e rodava, foi quando eu perdi uma delas. E assim, começam as oportunidades. O cara chega: Ah, chegou pneu, você não monta se eu trouxer aqui pra você? [...] (Eric: *Como foi esse contato?*) Amizade influencia, alguém te indicou pra vir aqui, assim vai passando e abrindo os caminhos, vendo porto, assim. Passei cigarro e pneus por cinco anos, vai abrindo caminho pra mexer com outras coisas, eletrônicos, armas, drogas, de tudo vai surgindo. Não tem. Ter tem, você pega se quiser. Tem amigo meu que eu vou falar para você, se quisesse passar mil quilos de drogas passava, passava mil armas, agora se quisesse passar 10 caixas de cigarro num passava porque não compensa, na concepção dele é inviável. Mas tudo os caras que mexiam com drogas na época, você pode ter certeza que estão tudo morto, quebrado. Não que eu tô bem, mas assim, acontecia muito. [...] Cheguei a passar pneu aqui pro lado de baixo do rio, foi quando eu perdi as caminhonetes. Aí já abriu outros caminhos. Depois tive barco, já tive tudo. [...] Nunca, eu nunca imaginei que um dia ia mexer com isso. É que nem eu falei pra você é que foi abrindo caminho, tudo se abre oportunidade⁶.

Zé Maria enfatiza seus esforços para manter-se com a profissão que exercia, sendo seu início no transporte ilegal de mercadorias descrito quase como conduzido pelas condições socioeconômicas e culturais do lugar onde vive e trabalha. Seu envolvimento contou com sua leitura sobre estas práticas e a avaliação de seus costumes, valores e de suas necessidades econômicas. Além disso, mesmo após o envolvimento nestas atividades consideradas ilegais, houve uma margem possível para ele de aceitação ou não. Por isso, fez questão de se colocar ora como empurrado por estas relações "informais e ilegais" presentes na fronteira do Brasil

⁶ Zé Maria, 35 anos, nacionalidade brasileira. Entrevista feita por Cíntia Fiorotti Lima e Eric Gustavo Cardin em maio de 2015 no município de Umuarama/Paraná. Arquivo gravado em mp3 (57 minutos).

com o Paraguai e ora impondo limites ao envolvimento que teve neste meio, ao enfatizar como também foi empurrado para o tráfico de armas e drogas, mas não permitiu se envolver.

Neste ponto Zé Maria estabelece um limite entre aquilo que é socialmente e moralmente aceito por ele e por parte do meio em que convive. Embora cigarros e pneus também sejam legalmente criminalizados pelo Estado, seu olhar sobre esta atividade difere quando comparado a outras práticas. Os exemplos citados por Zé Maria sobre as consequências do envolvimento neste meio como aqueles que “estão tudo morto, quebrado”, baseiam-se nas experiências de convívio com o conhecimento dos conflitos entre os envolvidos neste meio e as ações do Estado na repressão e punição. São nestes momentos que as experiências se cruzam e fornecem respostas aos problemas cotidianos. Enquanto as experiências vivenciadas no campo religioso foram fundamentais para Mario abandonar o contrabando de cigarros (CARDIN, 2011), a noção de risco desenvolvida no próprio campo laboral serviu de apoio para as decisões de Zé Maria, já que o contrabando de armas e drogas seriam consideradas práticas mais perigosas.

Por mais que o transporte não regularizado de pneu e de cigarro na fronteira sejam criminalizados pelo Estado, o tráfico de armas e drogas é entendido por ele como outro nível de envolvimento com a ilegalidade. Os meios, investimentos e até mesmo a dedicação despendida, trazem o compromisso com relações diferentes da vivida no “contrabando” de cigarros e pneus. Zé Maria legitima moralmente a atividade que desenvolvia como descaminho, mesmo sabendo que se tratava de mercadorias consideradas “ilegais” e como “contrabando”. Assim ele diz: “você paga imposto, você é contribuinte, você não paga você é contrabandista, porque faz descaminho. Num é assim que funciona?!” Diferentemente de suas práticas, o tráfico é observado e julgado, entre outros motivos, devido ao tipo de envolvimento moral requerido neste meio e das consequências decorrentes.

O circuito que vai sendo constituindo por meios dos fios tecidas durante as práticas relacionadas ao contrabando de cigarros absorve as experiências cotidianas, as relações com vizinhos, com agentes dos dispositivos de segurança pública, com comerciantes, atravessadores, consumidores e produtores. Possuir capital, bens, como carros e barcos, torna-se importante para o planejamento e concretização do circuito, mas, conforme as fontes pesquisadas, não é determinante. Os contatos pessoais, tanto com os vendedores e consumidores, mas também com outros sujeitos inseridos no mesmo ramo, permitem a abertura de espaços para utilização de portos e o estabelecimento de negociações que possibilitam as ações necessárias para articular e concretizar o transporte não regulamentado. Ainda sobre estas relações, Zé Maria relatou:

Tem 298 portos mapeados entre clandestinos e legalizados até o Rio Guaçu perto de Mercedes. Em cada beco ali que você acha que não tem nada e tem. [...] Ali não precisava pagar para usar, a não ser que você queira usar o certo, mas quem vai querer usar o porto legalizado, você num cai lá porque já tem gente morando, envolve muita coisa. [...] O meu lugar onde trabalhava era mais pra baixo. (*Como definiu?*) Eu defini porque tinha um amigo meu que trabalhava. Depois ele foi meu sócio, ficamos cinco anos com sociedade. Ele era morador de lá e eu morador daqui e foi que se acertamos de trabalhar lá. Você num vai sair daqui pra trabalhar num lugar que você não conhece. (*Tinha mais gente que utilizava?*) Nossa sim, não é específico um porto para cada pessoa, é meio que comunitário. Pelo menos para nós era. Mas era de boa, daqui pra Altônia (PR), tem um monte que todo mundo usa, mas tem que ter um conhecimento, você tem que saber onde pisa. Que nem no nosso caso, lá nós conhecíamos⁷.

Embora a clandestinidade e a informalidade dos portos estejam presentes na fala do entrevistado, a necessidade de “ter algum conhecimento” para fazer uso expressa os limites estabelecidos. Esta situação demarca como o envolvimento e permanência neste meio não é algo vivido por todos aqueles que pretendem iniciar nisto. Ser tratado como um porto “público” ou “comunitário”, não significa dizer que você não precise pertencer à comunidade envolvida neste meio ou se articular entre aqueles considerados externos a isto, como é o caso de portos onde há comunidades moradoras. Em alguns portos fixados em propriedades ocupadas há necessidade de pagamento de taxas para o proprietário do local onde se localiza o atracadouro.

As relações são estabelecidas seguindo códigos de comportamento construídos entre o conjunto de todos aqueles envolvidos direta ou indiretamente com o transporte não regulamentado de mercadorias. A aceitação, combinada ao silenciamento da população local moradora próximo aos portos, é importante para a realização desta atividade. Para tanto, a violência faz-se presente neste meio. Embora extensa, não é em toda margem do Rio Paraná presente nestas cidades fronteiriças em estudo que o contrabando é praticável. Há locais onde proprietários de terras não aceitam estas práticas e conseguem evitar que aconteçam em suas propriedades. Como menciona Zé Maria, “as vezes você se limitava no sítio de um cara. As vezes, tem um sítio ou outro, que lógico, num vai dar pra você fazer”. A população local reage de forma diferente com relação ao transporte ilegal de mercadorias na fronteira, baseando-se em seus valores, costumes e na leitura sobre as condições de vida experimentadas no contexto vivido e as ações de repressão por parte do Estado.

Um comportamento discreto e uma conduta moralmente aceita por aqueles que praticam o transporte não regulamentado de mercadorias são importantes para articulação do transporte na fronteira. Sobre isto, no caso dos trabalhadores contratados para “bater caixa” na

⁷ Zé Maria, 35 anos. Entrevista gravada em maio de 2015 em Umuarama-PR.

barranca do rio, quando questionado, Zé Maria relatou os critérios que usava para contratá-los:

Confiança, né? É o primordial, confiança e honestidade. Já é um serviço meio sujo assim e se você não tiver uma pessoa de confiança e honesta do seu lado, é a primeira coisa que se leva em consideração. Tem um menino que trabalhou desde que começou comigo, menino vírgula, é um senhor, dessa grossura, se tiver que aguentar eu não aguento, se tiver que correr, já correu. Essa última apreensão que teve, vocês viram? Nossa senhora, era nego pulando na água, correndo pra tudo quanto é lado. Não é qualquer um, as vezes é uma amizade, você ia ajudar quem? Quem te rodeia, o cara que está mais perto de você. Numa adianta eu te falar que não te conheço, eu estou aqui por causa dela, porque é parente do meu amigo de infância. (*Eric: Já teve situações de te procurarem pra pedir pra trabalhar?*) Já teve sim, direto tinha. (*Cíntia: Quem te procurava?*) Eram pessoas que estão precisando. A situação que está hoje é gente que precisa mesmo. Que gostar, bom, eu acredito que gostar ninguém goste de ficar correndo e trabalhando a noite! Ah, era molecada, na faixa etária de até uns 25 anos. Tem de tudo quanto é idade, na verdade, ia mais é por uma precisão mesmo. Ninguém ia ali porque gostava, é precisão mesmo. Tem senhor de até 60 anos que já trabalhou com nós. Que nem esse você num ia dar um serviço mais puxado. Você ia dar uma aliviada no tipo de serviço pra ele.

Força, disposição e agilidade para um tipo de trabalho pesado e noturno como o de “bater caixa” são requisitos, mas não são os mais importantes na opinião do entrevistado. Citar a “confiança” e a “honestidade” como critérios para selecionar a força de trabalho mobilizada em uma atividade considerada ilegal e difundida por parte do Estado como tal, traz significados e valores atribuídos aos envolvidos nesta prática. Trata-se de entender como no meio vivido por estes jovens, o convívio e mesmo as necessidades de sobrevivência experimentada por muitos deles, contribuem para estabelecer comportamentos e valores amparados na interpretação da realidade vivida.

Situação semelhante foi explicitada por outro interlocutor em entrevista realizada em Terra Roxa/Paraná no ano de 2014. Gordinho⁸ era responsável pela coordenação de um grupo de aproximadamente 40 pessoas envolvidas com contrabando de cigarros na região. Na ocasião, questionamos os critérios que ele utilizava para contratar as pessoas que trabalhavam para ele e a sua resposta pode ser sintetizada em apenas uma palavra, “confiança”. Na ocasião, ele falou sobre a existência de muita procura por trabalho, principalmente por jovens que querem algum dinheiro para o fim de semana, porém, suas escolhas sempre recaíam sobre os “meninos da comunidade, que estavam sempre juntos e que sabíamos quem eram”.

A necessidade da ocupação ou do trabalho é um dos fatores mais citados para justificar a procura pela atividade, tanto por parte dos jovens quanto dos idosos. O envolvimento destes

⁸ Gordinho, 32 anos. Entrevista registrada em caderno de campo, realizada por Eric Gustavo Cardin e Carolina Momente em agosto de 2014 na cidade de Terra Roxa/Paraná.

trabalhadores nestas ocupações consideradas “informais e ilegais” por parte do Estado, não se reduz ao fato deles serem empurrados pelas suas condições socioeconômicas, embora isso possa ser determinante. Há por parte destes trabalhadores a interpretação e a avaliação da situação, utilizando elementos presentes em seus costumes e valores, acumulados por meio das experiências nos diferentes campos da vida social. São estes elementos os fornecedores de parâmetros para decidir até onde o envolvimento pode ocorrer, como é o caso da necessidade de Zé Maria em afirmar o seu não envolvimento com o tráfico.

Em grande medida, as pessoas que se inserem no circuito iniciam o envolvimento “batendo caixa”. O que, segundo Zé Maria, corresponderia a:

Carregar caixas nas costas, fazer aquele formiguinha que eles falam, né? As vezes sai do porto. As vezes não é longe. É só jogar de cima do caminhão pra cima do barco, ou do barco pro carro. (*Cíntia: E quantos ganha uma pessoa pra trabalhar nisso?*) Vou falar comparando os nossos que tínhamos, né? Hoje é mais ou menos uma diária aí de um R\$ 100,00 a R\$ 150,00. Diária, em uma hora ele faz esse serviço, só a parte de tirar do barco e colocar em cima. (*Eric: E quantos dias ele trabalha por semana?*) Eu vou falar de hoje. Antes eles ganhavam de R\$ 5.000,00 a R\$ 6.000,00 por mês. Hoje não ganha isso, é entre R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00, ganha ainda. Há um ano atrás, era em torno de seis a sete mil reais. Teve barqueiro meu que chegou a tirar R\$ 15.000,00 num mês, já chegou a 12, 14 mil reais.

A quantidade de dias de trabalho e a carga horária dependem do fluxo do “contrabando” no momento. A alta do dólar nos últimos anos tem pesado sobre estas práticas, reduzindo a quantidade de cargas a serem passadas por atravessadores com poder aquisitivo menor a que de outros com maior estrutura física e financeira para suportar a oscilação monetária. A remuneração sobre o trabalho desenvolvido, os turnos, condições e jornada de trabalho descritas não são as mesmas comumente ofertadas nos empregos “formais” em Guaíra/Paraná ou Mundo Novo/Mato Grosso do Sul. Envolver-se nesta forma de trabalho também significa para muitos negar sujeitar-se a determinados salários, jornadas e condições de trabalho existentes em outras ocupações possíveis no lugar onde residem. Estes jovens não avaliam sua relação com o trabalho e a vida somente a partir das definições legais impostas pelo Estado.

No “contrabando” os trabalhadores envolvidos no transporte, carga e descarga das mercadorias, ocupam trabalhos subordinados a de seus contratantes. Estes sim possuem articulação e capital para investimento nesta prática. Por isso, no caso de Zé Maria ou até mesmo de Gordinho, a situação na divisão do trabalho era outra. Zé Maria, como *atravessador*, ocupava nesta hierarquia o lugar de empresário ou proprietário, popularmente chamado pelos seus contratados de “patrão”. Abaixo, ele descreve sobre a relação estabelecida com este trabalho:

Ah, todo mundo planeja sair. Eu vou falar assim pra você, num é que eu num gostava, eu gostava. Vocês gostam de dar aula, num gostam? Eu gosto, mas num é que tipo assim, ah hoje, na situação que a gente vivencia, você ia lá trabalhava duas horinhas e meteu duzentos contos ou milão no bolso. [...] Ah, às vezes é bom você estar lá, você está correndo pra lá e pra cá, não está com o coco rachando embaixo de um sol quente. Eu gostava, é gostoso, não por financiamento [...]. Essa situação de risco era até gostoso. Cheguei a pilotar, depois não, mas se às vezes precisava eu ia e pilotava, ia lá bater caixa com os meus meninos. Eu ficava lá pra cuidar, num é porque eu tava ali num ia descer lá.

Tratar a força de trabalho recrutada para o "contrabando" como "meus meninos" indica a relação que este tentou construir para garantir a fidelidade e sigilo destes jovens contratados. Por parte dele, esta relação também precisava ser recíproca, pois caso os *meninos* precisassem de dinheiro emprestado para garantir algum suporte a família ou para possíveis custos advocatícios em caso de prisão, seriam de responsabilidade do *patrão*. Estas relações não estavam em um contrato formal, mas em códigos éticos reelaborados neste meio. Da mesma forma, este tipo de relação social estabelecido entre *patrões* e *meninos* garante a exploração desta força de trabalho neste processo, onde estes primeiros buscam usar a fronteira para acumular capital e os segundos para sobrevivência.

A relação que estes sujeitos estabelecem no processo de identificação com o trabalho não se ampara na divisão entre "formal/informal e legal/ilegal". Independentemente de a ocupação ser considerada "informal e ilegal", os trabalhos desenvolvidos por eles são importantes na afirmação de sua identidade enquanto sujeito. Por isso, fazem questão de enfatizar seus conhecimentos sobre todas as funções necessárias para o desenvolvimento da atividade. Para além disso, a relação estabelecida com o tipo de trabalho, o prazer pela função desempenhada ou até mesmo o status alcançado, também foram lembrados. Ser formal ou informal, legal ou ilegal, não modifica a importância que o trabalho tem no processo de formação do seu ser social.

Ele possui compreensão sobre a criminalização de sua atividade, contudo lida com isso de forma a tentar garantir sua convivência em outros círculos sociais que não o "contrabando". "Quando eu estava lá com os meus amigos de serviço eu conversava. Lá era cigarro. Agora se eu fosse conversar com os amigos da minha mulher, eles nem imaginam que eu mexia com isso, as vezes sabiam que tinha oficina". Zé Maria lidava em seu cotidiano com os limites entre o socialmente aceito ou não pela população local. Além disso, ser "patrão" de contrabando ou popularmente um "cigarreiro" requer cautela para não tornar público seu envolvimento na atividade. Por mais que a maior parte da população tenha conhecimento sobre as pessoas envolvidas e os locais destas práticas, tanto o medo de sofrer represálias, quanto suas leituras sobre as condições vividas na realidade local são fatores que

motivam o silenciamento. Ainda, a renda gerada nesta atividade também tem sua importância na economia local. Parte do capital acumulado por “patrões” costuma ser investido na construção civil e no consumo de outros bens oferecidos por empresas locais.

Ainda sobre a quantidade de pessoas mobilizadas em uma noite de trabalho, Zé Maria relatou:

Era tudo proporcional, porque quanto menos tempo em beira de rio, melhor era, mais rápido chega e mais rápido sai. Tinha uma época, que eu acho que tinha uns 20, 30 ou 25 funcionários ou mais, entre bandeira, batedor de caixa, motorista, barqueiro, barco. Fora os indiretamente que é a turma do Paraguai que carregava lá. É tudo assim, um dependendo do outro. Lá do lado do Paraguai é o grupo deles. Eles tinham a obrigação de me dar o cigarro no porto. E eu tinha a obrigação de tirar. Nós que embarcávamos tudo. Não era de qualquer jeito, porque envolvia muito dinheiro. Eles iam lá, levavam, ajudavam a colocar na embarcação e aí de lá pra cá era problema nosso. [...] (*Eric: Você que distribuía pro restante do território?*) Não, isso daí já era problema de outro. Cada um fazia o seu ciclo. Eles lá traziam, eu passava, eu cuidava da passagem, aí outros lá já levavam, outros já recebiam. Aí já era outro e tudo ia dependendo um do outro.

Quando Zé Maria descreve parte de todo o “ciclo” necessário para o andamento da atividade, reforça a importância de valores como compromisso e honestidade, para a concretização da atividade. Para além disso, o alto capital movimentado nas relações envolvendo o contrabando é que pressionavam o cumprimento das etapas dentro do “ciclo”. As consequências das perdas podiam ser significativas no capital investido, mas poderiam pesar ainda mais nesta atividade com a perda de clientes, contatos e outros tipos de punições morais e físicas. Estes sujeitos não dependem de contratos formalizados para o cumprimento ou não de suas práticas, mas de um tipo de confiança limitada entre as partes envolvidas. As caixas chegavam embaladas, muitas vezes em papelão e ou envoltas em sacos de lixo escuros, a confiança estava em, mesmo sem olhar, saber que o conteúdo passado era aquele combinado. Arriscar o rompimento desta confiança, significava também abrir mão do lugar ocupado e dos rendimentos levantados dentro deste ciclo.

A importância do processo de empacotamento dos volumes de contrabando foi destacada em outros dois momentos em pesquisas realizadas por Eric Gustavo Cardin. Em grande medida, a transformação do contrabando em volume pelo ato de empacotar garante um processo de distanciamento moral entre aquele que transporta e a mercadoria em si. Neste sentido, “laranjas” entrevistados falaram sobre a necessidade de não “saber” o conteúdo do volume transportado sobre a Ponte da Amizade na fronteira de Foz do Iguaçu/Brasil e Ciudad del Este/Paraguai (CARDIN, 2011) e um proprietário de porto paraguaio expressou a mesma relação estratégica com o “volume”, estabelecendo uma distinção entre embarcar “volumes” e embarcar “drogas” (CARDIN, 2015).

A violência praticada por parte de agentes do Estado durante o processo de fiscalização e combate ao contrabando é presente nas narrativas dos trabalhadores envolvidos atualmente no transporte não regulamentado e/ou ilegal de mercadorias na fronteira, assim como era em outros momentos analisados na década de 1960 (FIOROTTI, 2017). Zé Maria, ao ser questionado sobre como eram as prisões, descreveu:

Teve casos meu de amigo que já apanhou, ah, pegaram lá num sei quantas caixas de cigarros e cinco ou seis peão. Tem uns que bate mesmo. Mas eu nunca passei por essa situação, então, também num posso falar. Como já aconteceu de pegar 10 peão e nenhum levar um tapa. Existe aquele mais folgadinho e mais bocudinho que leva mesmo.

Embora Zé Maria convivesse com notícias de violência por parte de policiais, para estes as ações eram justificadas pela falta de subordinação e silenciamento perante os apreensores. A relação que Zé Maria estabelecia com o policiamento era, por vezes, diferenciada, o que discutiremos ao longo do texto, enfocando como o policiamento nestas regiões podem ganhar sentidos diferentes deste citado. Embora o silenciamento dos seus contratados não tenha sido acompanhado de tortura, há relatos sobre estas situações, principalmente entre os jovens.

No contato com adolescentes e jovens com idade entre 13 e 17 anos envolvidos no transporte de cigarros no município de Guairá/Paraná, eles relataram situações em que policiais davam surras neles com sabonetes colocados dentro de meias para não ficarem com hematomas ou marcas no corpo. As dores e a tortura vivida ficavam marcadas em suas memórias. Contudo, dificilmente delatavam o dono da mercadoria, contratante do serviço feito por eles. Caso isso acontecesse, por vezes, a violência poderia ser ainda pior. Nestes casos, os comportamentos mais agressivos estão presentes nas apreensões feitas por agentes do Estado que compõem os quadros de polícias especiais com atuação em fronteira, compostos por agentes não residentes nas cidades fronteiriças.

Gordinho, quando questionado sobre sua relação com os agentes de segurança pública, também sinaliza para esta mesma direção, iluminando para a existência de uma relação diferenciada entre os agentes que residem na região de fronteira e aqueles externos, que atuam esporadicamente na fronteira devido a existência de operações especiais. Neste sentido, confessa haver um certo constrangimento no processo de abordagem dos agentes locais, pois policiais e trabalhadores do circuito cigarreiro dividem os mesmos espaços de sociabilidade do pequeno município de Terra Roxa/Paraná: “sabe como é que é, é estranho nos prender, nos agredir, e depois estarmos sentados lado a lado na pizzeria, os policiais, nós e nossos familiares”.

No entanto, na pesquisa que realizamos constatou-se como alguns fiscais da receita federal de portos e muitos policiais recrutados para ações especiais contra o contrabando na fronteira tiveram a liberdade de agir com violência e tortura contra estes trabalhadores envolvidos em práticas ilegais. O abuso de poder por parte de agentes do Estado é algo relatado pela população local. São vários os relatos sobre situações em que a polícia agiu violentamente contra o contrabando. Também, casos, onde houve moradores que tentaram passar por barco mercadorias para consumo acima da cota permitida e perderam suas vidas em meio a estes conflitos⁹.

Para além disso, o próprio policiamento presente nas proximidades dos portos clandestinos traz algum tipo de contribuição para que o local não seja ocupado por outras práticas, tal como servir de rota para passar carros roubados, o “cabrito”, desencadeando outras relações. A respeito, Zé Maria relatou sua percepção ao ser questionado sobre a repressão e policiamento:

Perigoso assim num é. Sabem que ali é contrabando, que não é tráfico de drogas. Tô falando de como era a minha região, estou falando de lá, porque lá ainda tem policial, tem posto da polícia militar e a turma ainda respeita com droga, arma, cabrito. Porque ali hoje o contrabando é a fonte de renda de muita família. Hoje o (local) em si, é muita gente. Tô falando pra você, já teve 70 pessoas pulando na beira do rio. Até os policiais falaram, vão embora, vai embora, num vem aqui de barco, vai embora. O problema num é nem ter onde por 70 presos, o problema era o povo ainda fazer um rebuliço e ir contra eles, aí daria merda. Aí chegaram lá, deram dois três tiros pra cima, fizeram uma apreensão menor. Eu mesmo tomei prejuízo neste dia.

A realidade experimentada em determinadas localidades, como a região rural e periférica de Guaíra/Paraná, permite a interpretação do transporte não regulamentado de mercadorias na fronteira como uma atividade entendida por uma parcela desta população local que tem sua fonte de renda nela, como uma forma de trabalho legitimada em meio as suas condições de vida. O comportamento dos agentes do Estado ganha outra dimensão quando se trata de operações que envolvem policiais que conhecem a realidade local do lugar

⁹ No diálogo com moradores de Guaíra foi possível encontrar relatos de pessoas que perderam alguém de sua família por este ter tentado passar mercadoria para consumo fora da cota permitida na rota fluvial de contrabando. Ainda, há pessoas que moveram ações contra o Estado porque apanharam de policiais em ações contra o contrabando, por estarem ao lado de um estabelecimento onde a polícia fazia a prisão de pessoas envolvidas no contrabando. Além disso, houve casos de vizinhos de pessoas envolvidas no contrabando, terem carros e bens apreendidos nas ações destes policiais. Os prejudicados tiveram que mover ações para comprovar a aquisição dos seus bens e o não envolvimento no “contrabando de cigarros”. Em um dos protestos organizados por parte da população de Guaíra, moradores carregavam faixas de denúncia contra a ação violenta da Força Nacional, acusada de matar um jovem de 15 anos que chegava de barco com o contrabando de um triciclo. O PRESENTE. **Homicídio de menor causa comoção na população de Guaíra**. Disponível em: <<http://www.opresente.com.br/policial/2012/06/homicidio-de-menor-causa-comocao-na-populacao-de-guaira/1068512>>. Acesso em: 08 ago. 2015. Não trouxemos as matérias, devido à dificuldade de aprofundar o assunto neste momento da pesquisa.

onde trabalham. No relato do entrevistado, observamos como a presença deste policiamento ganha um sentido diferente daquele pretendido pelos investimentos e ações de repressão por parte do Estado. Embora a presença da polícia pudesse trazer esporadicamente alguns prejuízos para os negócios de Zé Maria, ela foi importante para a proteção dos portos clandestinos utilizados por estes trabalhadores.

3. Considerações finais

Nestas relações entre o tipo de trabalho socialmente aceito ou não na fronteira, chamamos atenção para a identificação de formas de trabalho aparentemente distinguidas moralmente, por exemplo entre o vendedor de lojas como trabalhador “legal” e o cigarreiro como “ilegal”, mas que atuam e se interligam dentro ou fora da legalidade e da informalidade em um mesmo local de trabalho: a fronteira. O jovem¹⁰ que muitas vezes é considerado pejorativamente no meio social do vendedor de lojas como “cigarreiro”, é aquele que provavelmente trará mercadorias lícitas ou ilícitas vendidas em Salto del Guairá ou Ciudad del Este/Paraguai e negociadas com um comerciante brasileiro, para serem transportadas ao outro lado da fronteira. Estas poderão ser transportadas e guardadas em lugares como hotéis e casas, onde serão posteriormente direcionadas por trabalhadores que assumem outras funções, por exemplo, atravessadores e batedores até a cidade onde o sacoleiro ou o empresário possui um ponto de venda.

O transporte não regulamentado ou ilegal de mercadorias na fronteira, quando feito em grande escala como o caso do cigarro, envolvendo empresários com capital para investir em toda estrutura e contratação da força de trabalho necessário é interpretado como contrabando. Este se difere da leitura feita sobre os vendedores envolvidos como “cotistas”, “laranjas” ou “freteiros”. Esta última é uma atividade desenvolvida em torno do chamado popularmente de “formiguinha” ou “pequeno contrabando” e legalmente conhecido por crime de descaminho, em que parte das mercadorias compradas no Paraguai são para consumo de clientes próximos a fronteira, sendo a outra parte para atender necessidades de proprietários de lojas de diversas regiões do Brasil.

¹⁰ A maioria deles são do sexo masculino, podendo apresentar faixa etária que varia de menores de idade a 40 anos. Além disso, o trabalho noturno e a necessidade de força e agilidade física também têm seu peso nesta seleção. Esta característica de contratar menores vai ao encontro das preferências dos contratantes, por estes trabalhadores não responderem da mesma forma às penas legais que os maiores de 18 anos estão sujeitos. Porém, há aqueles que não contratam menores, para não correrem o risco de responderem pelo crime de aliciamento.

No geral, identificamos uma pequena parte das diferentes ocupações envolvidas no transporte não regulamentado ou ilegal de mercadorias presentes na fronteira do Brasil com o Paraguai. Entre os envolvidos no “contrabando de cigarros”, as relações de trabalho são estabelecidas pelos vínculos e contatos possíveis com o contratante. Estes trabalhadores envolvidos no transporte de cargas de cigarros estão sujeitos constantemente à violência tanto por parte do meio onde trabalham e do convívio com a repressão por parte de agentes do Estado. Nas ocupações vividas por estes trabalhadores entrevistados todos estão vivendo uma condição comum de envolvimento em tipos de trabalhos subordinados às relações capitalistas de exploração.

Uma parte significativa dos trabalhadores envolvidos na travessia e transporte de cigarros na fronteira é composta por homens com idade aproximada entre 15 e 35 anos, muitas vezes mesclando esta atividade com o transporte de mercadorias como eletrônicos, brinquedos e outros. Estes envolvem-se numa cadeia produtiva com ocupações definidas, como barqueiro ou piloto, bandeirinha, batedor de caixa, "freteiro", atravessador, batedor de estrada e patrão, entre outras, que possuem muitos significados. De acordo com as mudanças nas dinâmicas econômicas do processo de acumulação e expansão capitalista no comércio com a fronteira, os tipos de mercadorias a terem maior circulação vão mudando e/ou se alternando, e promovendo alterações nos tipos de ocupações e nas relações existentes.

Referências Bibliográficas.

CARDIN, Eric Gustavo. *Laranjas e Sacoleiros: um estudo da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo*. EDUNIOESTE: Cascavel, 2011.

_____, Eric Gustavo. *A Expansão do Capital e as Dinâmicas das Fronteiras*. Paco Editorial: Jundiaí, 2015.

FIOROTTI, Cíntia. *História de trabalhadores e do trabalho na fronteira Brasil-Paraguai (1960 - 2015)*. Tese (Doutorado em História). UFU: Uberlândia, 2015.

_____, Cíntia. Autos criminais de contrabando e os trabalhadores na fronteira Brasil-Paraguai na década de 1960. *REVISTA TEMPOS HISTÓRICOS*, v. 21, p. 125-153, 2017.

PORTELLI, A. Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo: EDUC, n. 10, dez. p. 41-58, 1993.